

Futuro pós-"troika" depende da manutenção e criação de emprego



Reis Campos

É cada vez mais frequente ouvir dizer que começam a estar reunidas as condições para Portugal começar a pensar e a preparar o futuro pós-"troika". Porém, há que ter presente que de nada serve falar num hipotético fim da crise ou do programa acordado com as instituições internacionais, se Portugal não for capaz de preservar as empresas e o emprego. Acredito que só com uma inversão da atual política, adotando no nosso país algumas das recomendações que têm sido apresentadas pela Comissão Europeia, será possível inverter o atual ciclo recessivo.

O Governo não se pode manifestar surpreendido com os atuais níveis do desemprego. Aliás, este foi um dos aspetos para o qual sucessivamente alertei e que exigia do executivo uma resposta imediata. Uma taxa de desemprego superior a 20%, falências em cadeia, o colapso do sistema financeiro e uma explosão social incontrolável eram e, se nada for feito, continuam a ser, os ingredientes de uma crise sem precedentes.

Veja-se que nos últimos 90 dias de 2012, perderam-se 46.300 postos de trabalho no setor. Desde o início do ano, a perda total de emprego ascende aos 113.600, o que corresponde a 55,8% do total registado em Portugal. São 397 mil trabalhadores que deixaram esta atividade desde o início da crise, em 2002. Neste momento, todos os dias são destruídos 514 postos de trabalho, o que é insustentável.

Acredito que o Governo está, finalmente, sensibilizado para a gravidade da situação que as empresas e os nossos trabalhadores enfrentam. É o próprio Primeiro-Ministro que reconhece que o reajustamento do tecido empresarial está concluído, mas se nada for feito, o processo de destruição das empresas não irá ficar por aqui e tudo será posto em causa.

Não é possível esperar mais. Este é o momento de apoiar as empresas e de olhar para os setores de atividade com maior capacidade para induzir o crescimento. O futuro de Portugal não se constrói retrocedendo no tempo. Não podemos continuar com indicadores económicos que em poucos anos indicam décadas atrás, como é o caso paradigmático de um peso do Investimento no PIB, sem paralelo desde a década de 50.

O nosso país não pode continuar a remar em sentido contrário à Europa Comunitária, que vê na reabilitação urbana, no mercado do arrendamento, na internacionalização e no investimento público nos equipamentos e infraestruturas de proximidade, com elevado alcance económico e social de que o país carece, apostas essenciais para garantir o futuro.

Não nos podemos resumir a uma ideia de reindustrialização, descuidando tudo o resto, mesmo o que é essencial para alcançar esse novo paradigma. Exige-se uma política equilibrada, de crescimento sustentado, assente numa estratégia global, para a qual sempre continuará a ser indispensável o contributo da Construção e do Imobiliário. É por esta atividade e pelas suas empresas que terá de passar a reestruturação do parque industrial, a adequação da rede viária e ferroviária e dos portos, imprescindíveis para dar resposta às necessidades de crescimento.

Ora, quando mais se torna necessário um crescimento inclusivo e sustentável de todas as regiões e tanto se fala de empreendedorismo, é inaceitável que não sejamos capazes de aproveitar todos os recursos que estão ao dispor dos agentes económicos. É essencial não repetir os erros do passado, voltando as costas aos nossos principais ativos estratégicos.

Presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário